Ano VII
n. 67 Out. 2026
ISSN 2675-2573

Revista

a PRIMEIRA EVOLUÇÃO

Brasil - Angola



Rosa Cardoso

Uma Vida Pela Educação

LANÇAMENTOS

UMA por TODAS!

UNIÃO DE MULHERES AUTÔNOMAS
UMA

Filiada à:
ABEC BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos
ISSN INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER BRAZIL
Crossref
sumários.org
Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista a PRIMEIRA EVOLUÇÃO
Brasil - Angola

Ano VII - nº 67
Outubro de 2026
ISSN 2675-2573

Uma publicação bimestral da Editora Livro Alternativo

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

https://primeiraevolucao.com.br https://doi.org/10.52078/g2yjnv63

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:
T.I Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
https://primeiraevolucao.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 67 (out. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026.
208 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: https://primeiraevolucao.com.br
DOI: https://doi.org/10.52078/8mwejh64

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:

São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:
Livro Alternativo
www.livroalterntaivo.com.br
CNPJ: 28.657. 494/0001-09

Revista EVOLUÇÃO
ISSN: 2675-2573

SUMÁRIO

Ano VII - Nº 67 - Out. 2026

05 EDITORIAL
Antonio R P Medrado

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade
Adeilson Batista Lins

09 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes
Isac Chateauneuf

11 ROSA CARDOSO: Uma vida pela educação
Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PRÓ-SOCIABILIDADE: UMA ESSÊNCIA INTEGRADORA DA PERSONALIDADE DO ALUNO DA ESCOLA COMANDANTE BULA, NA PROVÍNCIA DO HUAMBO
Alberto Praia Tchinhama 17

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME) EM ANGOLA: DESAFIOS, INSTRUMENTOS, IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
António Evaristo 22

3. AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: DILEMAS E DESAFIOS EM TEMPOS FRATURADOS
Faustino Moma Tchipesse /Miguel Divovo 29

4. AS PROPRIEDADES FUNDAMENTAIS DAS EQUAÇÕES EXPONENCIAIS E SUA APLICAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS.
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo 37

5. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E A ESCOLHA DA PROFISSÃO NO CONTEXTO ANGOLANO
Fernando Massi Argentino 44

6. A PARTICIPAÇÃO DO MOTO-TAXISTA NA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS EM ANGOLA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAZENGO, PROVÍNCIA DO CUANZA-NORTE
Fernando Pascoal da Silva/Elisa João Esteves Cazola/Ondina Francisco Futa 49

7. MATEMÁTICA COMO CONSTRUÇÃO COGNITIVA: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA
Glaucimer Silva Batista de Almeida 55

8. A ESCOLA TAMBÉM ENSINA PELO ESPAÇO: AMBIENTE FÍSICO, CONFORTO E CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Joana Cristina de Barros 59

9. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING: PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA ÉTICA
Joice Pereira Marques 66

10. O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM ANGOLA
José António Afonso Joaquim 71

11. IMPLEMENTAÇÃO DE LINK DE FIBRA ÓPTICA ENTRE OS POLOS DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DEOLINDA RODRIGUES: UM ESTUDO DE VIABILIDADE
José Miguel Kissanga Vunge 79

12. ALGUNS ESTUDOS SOBRE AS EXPETATIVAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DIANTE DA APRENDIZAGEM EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS, AMERICANOS E AFRICANOS
Manuel Francisco Neto/Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco 85

13. ENTRE O TEMPO DE ENSINAR E O TEMPO DE APRENDER: OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Maria Angela Ferreira Oliveira 90

14. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: POLÍTICAS E PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL PAULISTANA
Maria Madalena Sampaio Silva 96

15. EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO: A VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR
Marissol Caetano Ferreira de Fonte 101

16. A AÇÃO SUPERVISORA NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE (SP)
Marli Aparecida Rosa 107

17. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO NO PANGUILA
Milton Gil Zaia Jacinto 113

18. A ESCOLA QUE ESCUTA: PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS
Natalia Gordiano 119

19. TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O LÚDICO, O DIDÁTICO E O ÉTICO
NAYANE BRITO VERAS GODINHO HERMISDORF 124

20. VULNERABILIDADE DIFERENCIADA À SECA NO SUL DE ANGOLA: ANÁLISE QUANTITATIVA E MAPEAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO
Ngombo Rodrigues Lucau/Heidi Morais Quimuanga/ Casimiro Manuel Agostinho 130

21. ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA FACILITAR O APRENDIZADO ONLINE AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO COM FOCO NO FOVO (FORMATO ONLINE DE VIDEOAULAS)
Pedro Isaac/Mateus Queiroz Tchamolehã 138

22. VACINAÇÃO PSICOLÓGICA NA ÁREA EDUCACIONAL: ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL E PREVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR
Rafaela Gois Zirpolo 143

23. LEITURA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: MEDIAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO DO LEITOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Roseli Brito Tenório Ramos 149

24. A ESCOLA PARA ALÉM DOS RESULTADOS: A FORMAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE PRODUTIVIDADE EDUCACIONAL
Rosemeire de Araujo Fonseca 155

25. A REFORMA EDUCATIVA E OS DESAFIOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA
Sabino Lázaro Argentino 160

26. ERROS SILENCIOSOS NO ENSINO REGULAR EM ANGOLA
Santos Kulua João 166

27. A OBRIGATORIEDADE À TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS DE RACISMO E XENOFOBIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tatiana Miranda Lima 174

28. AUDITORIA NO PROCESSO DE CONTROLO INTERNO PARA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME)
Vasco Fragata Moniz 178

29. CONHECIMENTO E PRÁTICA NA TITULAÇÃO DA REACÇÃO WIDAL
Vernete Nginga Sebastião/Violeta Ana Jaime da Silva André 184

30. CONFLITOS FAMILIARES E EFEITOS COLATERAIS DO FENÔMENO ACUSATIVO DO FEITIÇO. SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E A SUA PREVENÇÃO. OBJETO DE ESTUDO NO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO.
Walter Albino António Sassoma 189

31. FURTOS ESCOLARES NO ENSINO PRIMÁRIO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS: CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 5077, MUNICÍPIO DE CALUMBO, ZANGO IV
Wilder Dala Quinjango 195

32. AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA VENDA AMBULANTE DESORDENADA EM CACUACO DE 2021/2023
Zacarias Kameia 201

Revista a EVOLUÇÃO
ISSN 2675-2573
@primeiraevolucao
https://primeiraevolucao.com.br

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: POLÍTICAS E PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL PAULISTANA

Maria Madalena Sampaio Silva[1]

RESUMO: O artigo discute a educação para as relações étnico-raciais na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, articulando a produção acadêmica sobre racismo e práticas pedagógicas aos documentos orientadores da Secretaria Municipal de Educação. Por meio de estudo bibliográfico e documental, examinam-se as contribuições de Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Eliane Cavalleiro e Silvio Almeida; o Currículo da Cidade: Educação Antirracista; e o Protocolo para Prevenção e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia na Educação. São discutidos registros institucionais de palestras, formações nas Diretorias Regionais de Educação, ações escolares, itinerâncias culturais e iniciativas de acolhimento. Argumenta-se que eventos de sensibilização são importantes, mas insuficientes quando não integrados ao projeto político-pedagógico, à formação continuada e a procedimentos de proteção. Conclui-se que a consolidação de uma educação antirracista exige continuidade, participação estudantil, valorização das identidades, responsabilização institucional e acompanhamento das práticas, sem reduzir o trabalho a datas comemorativas.

Palavras-chave: Educação antirracista; Relações étnico-raciais; Currículo da Cidade; Racismo e xenofobia; Formação docente.

INTRODUÇÃO

A escola pública brasileira constitui espaço de convivência entre sujeitos com diferentes histórias, pertencimentos raciais, experiências migratórias e referências culturais. Essa diversidade, entretanto, não assegura por si só relações equitativas. Preconceitos e desigualdades estruturais atravessam interações, escolhas curriculares, materiais didáticos e modos de acolhimento. Por isso, o compromisso com uma educação antirracista não pode limitar-se à declaração de respeito às diferenças: demanda ações planejadas, análise crítica das relações de poder e resposta institucional às situações de discriminação.

Na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, esse debate é apoiado por materiais curriculares, iniciativas de formação e orientações para prevenção e enfrentamento ao racismo e à xenofobia. Destacam-se o Currículo da Cidade: Educação Antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros, publicado em 2022, e o Protocolo para Prevenção e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia na Educação, lançado em 2025. Esses documentos dialogam com publicações voltadas aos povos indígenas e migrantes e com o trabalho do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (NEER).

Este artigo parte da seguinte questão: como as orientações de educação antirracista podem ser incorporadas ao cotidiano das unidades educacionais, articulando currículo, formação, palestras, participação estudantil e encaminhamentos diante de ocorrências de racismo e xenofobia? O objetivo é analisar as possibilidades e os desafios dessa incorporação, sem confundir iniciativas divulgadas institucionalmente com evidências de implementação homogênea em toda a rede.

A relevância do tema também se relaciona à formação de profissionais que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. As crianças constroem percepções de si e dos outros desde cedo, e as interações escolares podem tanto reproduzir hierarquias raciais quanto promover reconhecimento e pertencimento. A educação antirracista, portanto, interessa a toda a trajetória escolar e a todos os profissionais, e não apenas aos docentes de História ou às equipes responsáveis por eventos culturais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental. O corpus bibliográfico reúne estudos sobre identidade negra, relações étnico-raciais, discriminação na infância, formação docente e racismo estrutural. O corpus documental compreende as Leis federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, documentos curriculares da SME e publicações

1 Licenciada em Pedagogia, atuando e desenvolvendo práticas pedagógicas voltadas à educação, ao cuidado e ao desenvolvimento integral das crianças. Professora de Educação Infantil, PEI e Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP. madalenasampaio30@gmail.com

institucionais que registram ações de formação e divulgação do protocolo.

Os documentos foram examinados a partir de quatro eixos analíticos: concepção de educação antirracista; práticas curriculares; formação e sensibilização de profissionais; e prevenção, acolhimento e encaminhamento de situações de discriminação. A leitura buscou identificar convergências entre os fundamentos teóricos e as orientações oficiais, além de limites da implementação cotidiana.

Não foram realizadas entrevistas, observações de sala de aula ou coleta de dados pessoais. Assim, quando se mencionam projetos escolares, palestras, eventos nas DREs ou iniciativas da Secretaria, trata-se de ações divulgadas em fontes institucionais, não de resultados de pesquisa de campo. Também não se presume que a existência de um protocolo ou de uma palestra comprove mudança de comportamento, redução de ocorrências ou apropriação integral do documento por todas as unidades.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Nilma Lino Gomes (2003) contribui para compreender a escola como espaço em que identidades e diferenças são produzidas, negociadas e disputadas. A identidade negra não deve ser abordada apenas como conteúdo histórico, pois também se relaciona às experiências concretas de estudantes, suas imagens de pertencimento, seus corpos, cabelos, memórias familiares e formas de expressão. Uma prática antirracista precisa reconhecer essas dimensões e questionar padrões que apresentam uma experiência racial como universal.

Kabengele Munanga (2005) chama a atenção para a necessidade de enfrentar o racismo no ambiente escolar mediante formação crítica e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira. Seu trabalho oferece subsídios para superar visões estereotipadas e para compreender que a negação do racismo, muitas vezes apresentada como suposta neutralidade, pode dificultar o enfrentamento das desigualdades.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007) destaca a importância da educação das relações étnico-raciais como transformação das formas de ensinar, aprender e conviver. Não se trata apenas de acrescentar temas ao currículo, mas de reorientar relações pedagógicas, critérios de seleção de conhecimentos e reconhecimento de diferentes matrizes culturais na formação brasileira.

Eliane Cavalleiro (2000), ao investigar o silêncio em torno do racismo na Educação Infantil, evidencia como a ausência de intervenção diante de situações discriminatórias pode contribuir para a naturalização das hierarquias raciais. O silêncio institucional não equivale à neutralidade. O acolhimento da criança atingida e a intervenção pedagógica responsável são condições para interromper a reprodução da violência.

Silvio Almeida (2019) oferece uma interpretação do racismo como fenômeno estrutural, presente nas instituições e nas práticas sociais, não apenas em atitudes individuais intencionais. Essa abordagem ajuda a explicar por que ações isoladas, ainda que bem-intencionadas, são insuficientes quando o currículo, a organização escolar e os procedimentos institucionais permanecem inalterados.

As contribuições desses autores convergem para uma concepção de educação antirracista que reúne três compromissos. O primeiro é o reconhecimento positivo de histórias, conhecimentos e identidades negras, indígenas e migrantes. O segundo é a problematização das desigualdades e das práticas discriminatórias. O terceiro é a responsabilidade institucional por criar condições de proteção, participação e justiça nas relações escolares.

MARCOS LEGAIS E O CURRÍCULO DA CIDADE

A Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar. A Lei nº 11.645/2008 ampliou a previsão legal, incluindo a história e a cultura dos povos indígenas. Essas normas não autorizam restringir o tema ao mês de novembro ou a atividades comemorativas: sua implementação requer planejamento curricular continuado.

Em São Paulo, o Currículo da Cidade: Educação Antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros (SÃO PAULO, 2022) apresenta subsídios conceituais e pedagógicos para o trabalho das unidades. Ao lado dos materiais voltados aos povos indígenas e migrantes, integra um conjunto de publicações que orienta a valorização de diferentes histórias e culturas e a construção de práticas educativas inclusivas.

Na Educação Infantil, essa orientação pode se expressar na escolha de livros com protagonistas negros, na presença de bonecas e imagens diversas, no reconhecimento de diferentes cabelos e características físicas, na valorização de famílias e na mediação cuidadosa das interações. O trabalho não depende de antecipar discussões abstratas para crianças pequenas: pode partir de histórias, brincadeiras, vínculos, linguagens artísticas e situações concretas de convivência.

No Ensino Fundamental, a perspectiva antirracista deve atravessar componentes curriculares e projetos interdisciplinares. História, Língua Portuguesa, Arte, Geografia, Educação Física e Ciências podem valorizar produções intelectuais e culturais afro-brasileiras, africanas e indígenas, problematizar estereótipos, discutir desigualdades e reconhecer a contribuição de diferentes grupos para a vida social.

A existência do material orientador é uma conquista, mas sua incorporação exige tempo de estudo, planejamento coletivo, seleção criteriosa de acervos e acompanhamento pedagógico. Um documento pode ampliar repertórios e oferecer diretrizes; sua efetividade depende de ser lido, discutido, contextualizado e transformado em experiências de aprendizagem.

O PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO E À XENOFOBIA

O Protocolo para Prevenção e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia na Educação foi lançado pela SME em novembro de 2025. Conforme a divulgação oficial, o documento orienta diretrizes pedagógicas, procedimentos e fluxos de ação para situações de racismo e xenofobia nos espaços educativos (SÃO PAULO, 2025). Sua importância está em reconhecer que a resposta institucional não pode depender exclusivamente da percepção ou da iniciativa individual de um educador.

Prevenir envolve criar um ambiente em que o pertencimento racial, a nacionalidade, a língua e as referências culturais dos estudantes sejam respeitados. Enfrentar, por sua vez, requer reconhecer situações de discriminação, acolher pessoas atingidas, proteger sua dignidade, registrar e encaminhar ocorrências segundo os procedimentos institucionais e desenvolver ações educativas adequadas. A prevenção e a resposta são dimensões complementares.

No caso da xenofobia, o cuidado precisa considerar estudantes e famílias migrantes, inclusive aqueles que ainda estão aprendendo português. Diferenças de idioma, sotaque, costumes ou origem nacional não podem servir de justificativa para humilhações, isolamento ou exclusão. O acolhimento demanda comunicação acessível, valorização do repertório linguístico e atenção às barreiras de participação.

Um risco recorrente é transformar episódios discriminatórios em conflitos interpessoais genéricos, sem reconhecer seu conteúdo racial ou xenofóbico. Outro é expor novamente a pessoa atingida ao exigir relatos repetidos ou promover intervenções improvisadas. Por isso, a formação sobre o protocolo deve articular conhecimento dos fluxos, escuta qualificada, proteção e responsabilidade pedagógica.

Em março de 2026, a SME instituiu, por meio da Instrução Normativa nº 11/2026, o Programa de Promoção da Equidade Étnico-Racial e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia. A divulgação institucional registra a articulação de comitês antirracistas, evidenciando que o enfrentamento envolve não somente um documento, mas estruturas de acompanhamento e cooperação entre os territórios (SÃO PAULO, 2026a).

PALESTRAS, FORMAÇÕES E PRÁTICAS NAS ESCOLAS

As palestras, rodas de conversa, encontros formativos e atividades culturais podem desempenhar função relevante de sensibilização. A presença de pesquisadores, educadores, artistas e representantes de movimentos sociais amplia perspectivas e favorece o diálogo sobre racismo, identidade, pertencimento e direitos. Entretanto, uma palestra não deve ser confundida com a totalidade de uma política pedagógica: sua contribuição aumenta quando há preparação prévia, integração curricular e continuidade posterior.

Publicações da SME registram formações sobre o protocolo para profissionais da educação e ações conduzidas pelo NEER e pelas Diretorias Regionais de Educação. Segundo notícia institucional de 2026, equipes da Secretaria e das 13 DREs realizavam encontros territoriais para apresentar o documento e fortalecer procedimentos de prevenção e enfrentamento. Esse registro demonstra mobilização formativa, mas não permite concluir, por si só, que todos os profissionais já dominam os fluxos ou que todas as escolas os aplicam da mesma maneira (SÃO PAULO, 2026b).

Os polos de formação e os CEUs podem ampliar o alcance dessas discussões ao reunir profissionais de diferentes unidades, áreas e territórios. Sua contribuição é especialmente importante quando promovem encontros que articulam fundamentos teóricos, análise de situações escolares, estudo dos documentos oficiais e planejamento de ações posteriores. A diversidade de participantes também permite compartilhar desafios comuns e conhecer respostas pedagógicas desenvolvidas em contextos distintos.

A rede apresenta exemplos públicos de projetos que ultrapassam a palestra. A SME divulgou práticas da EMEI Nelson Mandela envolvendo literatura, música e valorização das diferenças; noticiou também ações da EMEF Josué de Castro com participação de familiares de artista negra e entrevistas conduzidas por estudantes. São experiências documentadas de mobilização curricular e protagonismo, sem que sua divulgação equivalha a uma avaliação independente de resultados (SÃO PAULO, 2021; 2025a).

O Projeto Itinerâncias Antirracistas, divulgado pela Secretaria, também evidencia a possibilidade de conectar escola, museus e espaços culturais. A proposta de preparar estudantes antes das visitas e retomar pedagogicamente as experiências aponta para a importância de transformar saídas e eventos em percursos formativos, e não em atividades desconectadas do currículo (SÃO PAULO, 2025b).

Em 2026, a II Mostra de Educação para as Relações Étnico-Raciais foi anunciada com programação entre setembro e novembro e tema voltado à prevenção e ao enfrentamento ao racismo e à xenofobia. A realização de mostras favorece circulação

de produções, reconhecimento de projetos e encontros entre escolas. O desafio posterior consiste em garantir que experiências compartilhadas se desdobrem em práticas permanentes e não se encerrem com o calendário do evento (SÃO PAULO, 2026c).

Ao analisar esses exemplos, convém distinguir três níveis de ação. O primeiro é a sensibilização, promovida por palestras, campanhas e encontros. O segundo é a incorporação curricular, expressa em planejamento, materiais e projetos recorrentes. O terceiro é a institucionalização, quando há procedimentos conhecidos, responsabilidades definidas, registros, acolhimento e avaliação. Uma política consistente precisa conectar os três níveis.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE CONSOLIDAÇÃO

Um desafio central é superar a concentração de atividades em datas comemorativas. Novembro Negro e outros momentos de visibilidade são importantes, mas o enfrentamento ao racismo precisa atravessar o ano letivo. A continuidade permite que o trabalho deixe de ser excepcional e passe a integrar a identidade pedagógica da unidade.

Outro desafio é evitar que a educação antirracista seja atribuída apenas a profissionais diretamente envolvidos com o tema. Toda a equipe escolar participa da construção de relações, da seleção de materiais, da organização de espaços e do acolhimento. Isso inclui docentes, gestores, equipes de apoio e profissionais que atuam em atividades culturais, esportivas e de extensão da jornada.

A formação continuada precisa oferecer fundamentos conceituais e também oportunidades para discutir situações concretas. Estudar racismo estrutural, preconceito e discriminação é necessário; igualmente importante é saber reconhecer manifestações cotidianas, intervir com responsabilidade, acolher vítimas e compreender os procedimentos previstos pela rede. Os encontros podem contribuir quando articulados a momentos de planejamento e devolutiva.

A participação estudantil representa outra possibilidade de fortalecimento. Grêmios, coletivos, projetos de leitura, produções audiovisuais, jornais escolares e atividades de pesquisa podem abrir espaço para que estudantes expressem experiências, formulem perguntas e participem da construção de uma escola respeitosa. Essa participação, contudo, não substitui a responsabilidade dos adultos e da instituição na proteção dos direitos.

A articulação com famílias e comunidades também é indispensável. Histórias de migração, memórias culturais, conhecimentos locais e experiências de resistência podem enriquecer o currículo. Ao mesmo tempo, a escola deve preservar a dignidade das famílias e evitar tratar estudantes negros, indígenas ou migrantes como representantes obrigatórios de um grupo cultural.

Por fim, é necessário acompanhar a implementação. Indicadores de participação em formações, inclusão de conteúdos no projeto político-pedagógico, qualidade dos materiais, conhecimento dos fluxos de acolhimento e percepções dos estudantes podem ajudar a identificar avanços e lacunas. O acompanhamento deve servir à aprendizagem institucional e à garantia de direitos, não apenas à produção burocrática de relatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação antirracista constitui compromisso ético, pedagógico e institucional da escola pública. A literatura especializada demonstra que o racismo atravessa relações, representações e estruturas sociais, exigindo intervenções que ultrapassem ações individuais ou manifestações ocasionais de boa vontade. Nesse sentido, a formação docente e a revisão crítica do currículo são fundamentais para reconhecer desigualdades e produzir experiências educativas que valorizem diferentes identidades.

Na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, o Currículo da Cidade: Educação Antirracista e o Protocolo para Prevenção e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia oferecem referências importantes para orientar o trabalho. As ações divulgadas pela SME — formações nas DREs, iniciativas escolares, itinerâncias culturais e mostras — demonstram diferentes possibilidades de mobilização. Contudo, a existência de ações institucionais não comprova, isoladamente, sua apropriação uniforme por toda a rede.

Conclui-se que palestras e encontros formativos são instrumentos relevantes de sensibilização, especialmente quando conectados ao estudo dos documentos, à reflexão coletiva e ao planejamento pedagógico. A consolidação de uma escola antirracista depende da continuidade das práticas, da participação estudantil, da articulação com famílias, da proteção diante de situações discriminatórias e do compromisso de todos os profissionais. Mais do que um tema de projetos específicos, trata-se de um princípio que deve orientar o cotidiano escolar e a garantia do direito à educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/1996. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/1996. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Educação, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 489-506, 2007.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade: educação antirracista:** orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros. São Paulo: SME/COPED, 2022. Disponível em: https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-educacao-antirracista-orientacoes-pedagogicas-povos-afro-brasileiros/.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Educação antirracista e inclusiva são premissas do Currículo da Cidade**. São Paulo, 20 nov. 2021. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/educacao-antirracista-e-inclusiva-sao-premissas-do-curriculo-da-cidade/page/1692/.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Secretaria Municipal de Educação realiza o lançamento do "Protocolo para Prevenção e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia na Educação"**. São Paulo, 2 dez. 2025. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/secretaria-municipal-de-educacao-realiza-o-lancamento-do-protocolo-para-prevencao-e-enfrentamento-ao-racismo-e-a-xenofobia-na-educacao/.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **SME realiza primeiro encontro de articulação dos Comitês Antirracistas.** São Paulo, 2026a. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sme-realiza-primeiro-encontro-de-articulacao-dos-comites-antirracistas/page/1692/.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Profissionais da Educação recebem formação sobre enfrentamento ao racismo e à xenofobia.** São Paulo, 2026b. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/page/2/?p=112432.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **II Mostra de Educação para as Relações Étnico-Raciais promove ações de enfrentamento ao racismo e à xenofobia**. São Paulo, 21 set. 2026c. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/ii-mostra-de-educacao-para-as-relacoes-etnico-raciais-promove-acoes-de-enfrentamento-ao-racismo-e-a-xenofobia/page/1703/.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **EMEF Josué de Castro organiza evento de valorização da cultura africana**. São Paulo, 2025a. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/emef-josue-de-castro-organiza-evento-de-valorizacao-da-cultura-africana/.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Mais de 25 mil estudantes da Rede Municipal visitaram museus com abordagem focada na educação antirracista.** São Paulo, 2025b. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/mais-de-25-mil-estudantes-da-rede-municipal-de-ensino-visitaram-museus-da-capital-paulista-em-2024-com-abordagem-focada-na-educacao-antirracista/page/2/.



https://doi.org/10.52078/8mwejh64

ISSN 2675-2573

COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp .Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama
António Evaristo
Faustino Moma Tchipesse
Miguel Divovo
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo
Fernando Massi Argentino
Fernando Pascoal da Silva
Elisa João Esteves Cazola
Ondina Francisco Futa
Glaucimer Silva Batista de Almeida
Joana Cristina de Barros
Joice Pereira Marques
José António Afonso Joaquim
José Miguel Kissanga Vunge
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria Madalena Sampaio Silva
Marissol Caetano Ferreira de Fonte
Marli Aparecida Rosa
Milton Gil Zaia Jacinto
Natalia Gordiano
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf
Ngombo Rodrigues Lucau
Heidi Morais Quimuanga
Casimiro Manuel Agostinho
Pedro Isaac
Mateus Queiroz Tchamolehã
Rafaela Gois Zirpolo
Roseli Brito Tenório Ramos
Rosemeire de Araujo Fonseca
Sabino Lázaro Argentino
Santos Kulua João
Tatiana Miranda Lima
Vasco Fragata Moniz
Vernete Nginga Sebastião
Violeta Ana Jaime da Silva André
Walter Albino António Sassoma
Wilder Dala Quinjango
Zacarias Kameia

Indexadores:

Crossref · CiteFactor Academic Scientific Journals · Google Acadêmico · sumários.org Sumários de Revistas Brasileiras

Filiada à:

ABEC BRASIL Associação Brasileira de Editores Científicos · ISSN International Standard Serial Number Brazil · ibict Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia · doi

Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

debian · Scribus Desktop Publishing · LibreOffice The Document Foundation · gimp · Inkscape · Platform & workflow by OJS / PKP

Parceiros:

VAKUETO TUDILONGUI

ISPO ZANGO